

ANC p2

4 SET 1987

# Hora de reflexão

O presidente José Sarney decidiu abandonar as reservas que vinha mantendo em relação à Constituinte e começou a articular claramente junto às suas lideranças políticas, para que a voz do Executivo seja ouvida nos trabalhos de elaboração da nova Carta.

Os indicadores dessa decisão são evidentes. O Presidente já declarou que não concorda com a mudança do sistema de governo, por considerar o presidencialismo indispensável à continuidade do processo de transição por que passa o País. Os efeitos da pressão presidencial manifestaram-se ontem através do reconhecimento, pelos adeptos do parlamentarismo, de que esse sistema não será aprovado sem prévia negociação com Sarney. Também no que respeita ao governo do Distrito Federal a intervenção presidencial é clara: o chefe do Executivo federal discorda da eleição direta do governador e propõe que sua figura seja substituída por vários prefeitos, cada qual responsável pela administração de um dos núcleos estanques em que se divide o DF.

A primeira investida do Presidente sobre a Constituinte data de três meses, quando Sarney, em pronunciamento pelo rádio e televisão, opôs-se firmemente à redução de seu mandato para quatro anos e anunciou a decisão unilateral de deixar o posto somente no início de 1990. Diante da inevitável reação dos meios políticos à dureza do discurso, Sarney explicaria poucos dias mais tarde que manifestara apenas sua posição pessoal e que reconhecia a soberania da Constituinte para dispor sobre o assunto.

Agora, sequer a ressalva quanto à soberania é feita. Entende o Presidente como inaceitável manter-se atado pela camisa-de-força da não interferência, em nome do princípio de absoluta liberdade e independência da Constituinte em seus trabalhos.

Explica-se a mudança de tática do Palácio do Planalto: é chegado o momento das definições mais importantes sobre os rumos que nortearão a redação da Constituição — e tais rumos não são inteiramente do agrado da

Presidência. Omitir-se, em consequência, seria coonestar mudanças institucionais que, no entender de Sarney, poderão trazer consequências funestas para a Nação — pecado que ele se recusa a cometer.

O paradoxo reside neste ponto: a Presidência da República (que em nosso País assume poderes virtualmente imperiais) não abdica de suas responsabilidades, mas encontra à frente um outro Poder já instalado, soberano por definição. O conflito entre ambos decorre da característica do processo de transição do regime autoritário para o democrático — ele se fez sem rupturas, sem que houvesse a derrocada do "ancien regime".

Cabe às lideranças políticas — desde o Presidente da República ao mais apagado parlamentar — compreender a essência desse processo de transição pacífica. Que, exatamente por seu caráter pacífico, exige a grandeza da transigência no que for adjetivo, circunstancial, para que os aspectos substantivos da construção do edifício democrático sejam preservados.